

Cresce ameaça de impasse nas votações da Constituinte

Do enviado especial a Brasília

O senador José Richa (PMDB-PR) já fez todas as contas e chegou a uma conclusão definitiva: se houver menos de 530 constituintes em plenário, na hora da votação do sistema de governo, dará o "buraco negro" (situação em que proposta alguma atinge os 280 votos que compõem a maioria absoluta). Essa opinião é mais ou menos consensual na Constituinte, seja entre parlamentaristas como Richa, seja entre presidencialistas como o senador Marco Maciel (PE), presidente nacional do PFL.

Como nenhuma votação de ontem registrou mais de 500 votos, o fantasma do "buraco negro" cresceu muito, tanto quanto a certeza de que qualquer palpite a respeito do resultado da votação, no caso específico do sistema de governo, é muito arriscado.

"Não dá para fazer qualquer previsão", admite o senador José Fogaça (PMDB-RS, parlamentarista). "Eu não sou de apostar", esquivou-se, por sua vez, o senador Marco Maciel quando um repórter quis saber se ele apostaria o seu mandato na vitória do presidencialismo. Maciel diz que "o nosso Oswald de Souza prevê 290 votos para o presidencialismo", referindo-se ao deputado Milton Reis (PMDB-MG), incumbido de fazer as previsões dos presidencialistas.

Do outro lado, o senador José Richa contabiliza 293 votos a favor do parlamentarismo. Somando-se os 293 de Richa com os 290 de Milton Reis chega-se a 583 constituintes, 24 a mais do que o número total de parlamentares, que é de 559.

Fica claro que há nessas contas duas características muito claras: de um lado, uma guerra de informações e contra-informações, para tentar criar o clássico "já ganhou" prévio à qualquer votação; e, de outro, uma visível inconstância na posição dos constituintes. Dela se queixou, aliás, o presidente José Sarney, antecorrendo, ao líder do governo no Senado, senador Saldanha Derzi (PMDB-MT).

Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, do Congresso constituinte e da Câmara dos Deputados, atribui ao "ânimo de vitória" de cada grupo adversário o malogro do ensaio de acordo entre presidencialistas e parlamentaristas. Como tanto presidencialistas como parlamentaristas acham que vão ganhar, preferem esperar a definição do sistema de governo, espinha dorsal do futuro texto constitucional, para só depois iniciar de fato uma negociação que combine o sistema com a duração do mandato presidencial.

Foi nessas águas turvas que naufragou por ora a proposta, ensaiada na intimidade do "ulyssismo", de parlamentarismo com cinco anos de mandato para Sarney. "Essa saída institucional foi bombardeada numa área do governo e numa área do PMDB", lamenta o ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique da Silveira, que nem assim abandonou essa tese. Ontem, Luiz Henrique ouviu do governador de Goiás, Henrique Santillo, a avaliação de que vários governadores do Centro-Oeste e do Norte, consultados por Santillo, consideraram "excelente" a fórmula.

O deputado José Genoino (PT-SP), adversário frontal de um acordo com esse conteúdo, acha que, mais do que uma proposta, o parlamentarismo com cinco anos já está decidido nas conversas reservadas e chega a apontar as etapas que se sucederão até a sua efetiva concretização: "Primeiro, será aprovada a emenda presidencialista; depois, por meio de destaques, ela será parlamentarizada", com a introdução, por exemplo, da figura de primeiro-ministro; e, por fim, nas disposições transitórias, aprovam-se os cinco anos." (CR).



Mário Covas

O senador (PMDB-SP) rejeitaria qualquer acordo que excluísse os quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, por se tratar, a seu ver, do único tema das deliberações constituintes que desfruta hoje de nítido apelo popular. A exemplo dos demais "históricos" do PMDB, o líder do partido no Congresso ameaçou romper com o PMDB caso Ulysses Guimarães partisse para um acordo nesse sentido.



Marco Maciel

Presidencialista e favorável aos quatro anos, o presidente nacional do PFL seria prejudicado com a adoção de uma fórmula cincoanista, ferrenhamente defendida por seu adversário interno, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. O parlamentarismo teria como única vantagem indireta o arquivamento da candidatura presidencial de Aureliano Chaves, e o lançamento de Antônio Ermírio.



Jarbas Passarinho

O senador (PDS-PA), presidencialista convicto, chegou a se dispor a votar pelo parlamentarismo caso essa forma de governo fosse acoplada a algum compromisso que adiasse para 1989 a sucessão presidencial. Com o malogro dos entendimentos nesse sentido, o presidente nacional do PDS declarou ontem voltar a sua posição inicial: votará no presidencialismo e nos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.



Luis Inacio da Silva

O deputado (PT-SP) deliberou com sua bancada "denunciar por todos os meios" qualquer acordo em torno do parlamentarismo com cinco anos. Está elaborando um abaixo-assinado favorável ao mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, para o qual já obteve adesão no PMDB e no PDT. O PT é, por decisão partidária, adepto do presidencialismo com eleições para Presidente da República este ano.



Brandão Monteiro

O líder da bancada pedetista diz ter absoluta certeza de que o deputado Ulysses Guimarães efetivamente tentou levar adiante a proposta do parlamentarismo com cinco anos, recuando diante do "racha" que a estratégia provocaria no PMDB. Com a candidatura de Leonel Brizola praticamente lançada, o PDT não abre mão de eleições presidenciais este ano e de preservação do presidencialismo.

Quércia apóia plebiscito para parlamentarismo

Da Reportagem Local

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, defendeu ontem a realização de um plebiscito caso o Congresso constituinte aprove o parlamentarismo. O assunto, segundo o governador, foi tratado com o deputado Ulysses Guimarães, que esteve pela manhã no Palácio dos Bandeirantes (zona sul paulistana) para "trazer um abraço pela passagem do primeiro ano de governo" de Quércia.

"Se houver a instituição do parlamentarismo será necessário, e eu disse isso ao doutor Ulysses, que a Constituinte também convoque um plebiscito", afirmou o governador. Ele defendeu mais uma vez o presidencialismo, "porque nesta fase é preciso que haja muita constância do governo. E eu tenho muita preocupação em relação ao parlamentarismo."

Deputado quer votar mandato na próxima semana

Da Sucursal de Brasília

Um expediente regimental já está sendo preparado pelo deputado Ulysses Guimarães para que o Congresso constituinte vote o mandato dos futuros presidentes só na próxima semana, mesmo que o sistema de governo seja definido na sessão de amanhã ou sexta-feira. O intervalo, em torno de seis dias, serviria para uma negociação sobre a duração do mandato do presidente José Sarney.

A fórmula para isso é uma emenda coletiva do deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE), prevista para ser votada logo depois da decisão sobre o sistema de governo, e que propõe que os futuros presidentes da República sejam eleitos não diretamente mas através do "voto ponderado" ou "voto federativo". Ou seja, pela emenda, o presidente seria eleito através do voto de delegados indicados em cada Estado pelo voto direto.

Esta emenda visa aumentar o peso relativo dos Estados do Nordeste e do Norte — menos populosos —

na escolha dos futuros presidentes. Dificilmente será aprovada, pois, na prática, institui o voto indireto para presidente. Mas se a emenda não alcançar o quórum mínimo de 280 votos para ser aprovada ou rejeitada abre-se um intervalo de 24 horas, por força do regimento do Congresso constituinte, para ser votada de novo.

A votação, portanto, poderá ficar só para sexta-feira ou sábado, dias em geral de quórum baixo no Congresso constituinte — o que levará o deputado Ulysses Guimarães a adiar a votação do mandato para a semana seguinte, provavelmente na terça-feira. Será o tempo necessário para discussão das opções possíveis a respeito do mandato de Sarney, uma vez definido o sistema de governo.

A votação dos mandatos dos futuros presidentes poderá ser uma prévia da votação do mandato do próprio Sarney, item previsto para as Disposições Transitórias, a última etapa de votação do Congresso constituinte. A emenda do senador

polêmicos — mandato e sistema de governo — devem ser analisadas separadamente. "Conforme o sistema de governo, não só na parte permanente como no que diz respeito ao mandato do atual presidente da República haverá variantes, haverá possibilidades de entendimento."

Segundo o presidente do Congresso constituinte, durante o café da manhã com o presidente José Sarney — ontem em Brasília — não se tratou de "nenhum acordo a respeito de assuntos que estão entregues à soberania da Constituinte".

Ulysses disse que conversou com os ministros militares e "todos têm afirmado que prestigiarão a decisão soberana da Constituinte". Segundo ele "os ministros militares, e consequentemente as Forças Armadas, têm tido uma atitude admirável, atitude de prestigiar as instituições, prestigiar a democracia, prestigiar a transição".



O governador Orestes Quércia

Ministro do Emfa defende cinco anos para Sarney

Enviado Especial a Santiago

O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa), tenente-brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, afirmou ontem, em Santiago (capital do Chile), que eleições presidenciais este ano poderão trazer ao país "grandes transformações no plano político" — uma vez que a "Constituinte não se encerra somente com a sua promulgação".

O brigadeiro Camarinha acrescentou que "existem ainda as medidas complementares que deverão ser adotadas após a Constituinte. São as chamadas leis ordinárias que deverão modificar toda a estrutura jurídica brasileira. Com a realização de eleições existe o risco dessas leis não serem votadas e, em consequência disso, uma possível situação de caos generalizado. O ideal é um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney". O posicionamento do ministro Camarinha também é compartilhado pelos ministros Leonidas Pires Gonçalves, do Exército, Octávio Julio Moreira Lima, da Aeronáutica, e Henrique Saboia, da Marinha.

Para o brigadeiro Camarinha cabe aos constituintes "verificar o que é melhor ao país dentro da atual conjuntura nacional", isto é, se um mandato de cinco anos para o presidente Sarney ou eleições presidenciais ainda este ano. O chefe do Emfa disse também que já está "há quatro dias no Chile sem poder acompanhar com detalhes a evolução do quadro atual da política brasileira" mas quando retornar amanhã ao Brasil deverá fazer contatos com os outros ministros militares com o objetivo de "se reunir com eles e a partir dessas conversas procurar uma linha de ação que possa influenciar política-

mente nas questões mais polêmicas (mandato presidencial e sistema de governo)".

O chefe do Emfa disse ainda que os assessores parlamentares dos ministros militares têm acompanhado com toda atenção o desenvolvimento dos trabalhos que se desenvolvem no Congresso constituinte e que isso "é uma rotina, ou seja, a troca de informações".

O chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (Emaer), tenente-brigadeiro Fernando Assis Martins Costa, além de concordar com a linha de raciocínio do ministro do Emfa asseverou que o ideal é que as eleições presidenciais não se realizem este ano.

pleno 24 horas depois (na sexta ou no sábado). Só se novamente não alcançar 280 votos para rejeição ou aprovação a emenda parlamentarista entrará em votação.

Mas com esta emenda pode acontecer o mesmo. Se não conseguir 280 para aprovação ou rejeição, terá mais 24 horas e nova chance no plenário, o que remete a decisão para quarta ou quinta-feira da próxima semana. Se novamente não alcançar os 280 votos entrará em votação o texto parlamentarista da Comissão de Sistematização, mas já no fim da próxima semana.

Com o texto da Sistematização o processo é o mesmo. E se não conseguir 280 votos para aprovação ou rejeição duas vezes ficará configurado o "buraco negro". O relator do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), terá então mais 48 horas para preparação de um texto de consenso, mas aí os constituintes já entrarão na primeira semana de Abril e na Semana Santa.

Cientista político condiciona democracia a parlamentarismo

Da Sucursal de Brasília

O cientista político Hélio Jaguaribe considera viável a aprovação do parlamentarismo e de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney desde que o novo sistema de governo entre em vigor no dia da promulgação da nova Constituição. Sob aplausos entusiasmados de dezenas de constituintes, ele disse que o importante é a implantação do parlamentarismo: "Estou convencido de que o regime democrático não resistirá sem isso."

Por quase três horas na manhã de ontem, Jaguaribe conversou com um grupo de constituintes parlamentaristas. Com uma análise pormenorizada das vantagens do parlamentarismo e desvantagens do presidencialismo, ele tentava conquistar votos de alguns parlamentares indecisos.

Discordando dos ex-governadores Leonel Brizola (RJ) e Franco Montoro (SP), Jaguaribe é contra a realização de um plebiscito sobre sistema de governo antes da promulgação da nova Carta. "Precisamos de uma experimentação séria. Se for feito um plebiscito num prazo curto, não haverá condições para a população julgar."

A viabilização do sistema parlamentarista ficaria condicionada, segundo o cientista político, ao sucesso de sua implantação. "A administração tem de ser forte e profissionalizada, porque se começar cercada pela fisiologia está cerrando o próprio galho ao qual está assentada", afirmou. A segurança condicionante seria a implantação imediata. "A existência de uma norma abstrata para ser posta em execução tardiamente ameaça a implantação", declarou.

Jaguaribe respondeu às dúvidas dos constituintes sobre a possibilidade de uma resistência militar

O que é "buraco cinzento"

Da Redação

O "buraco cinzento" se dá quando um título ou capítulo é aprovado com a rejeição de apenas um dispositivo (artigo, parágrafo, inciso ou alínea) dentro do texto.

Ao contrário do que ocorre no "buraco negro", no "buraco cinzento" não é preciso suspender as votações. Adia-se o dispositivo rejeitado. Os itens seguintes prosseguem sendo votados.

No Capítulo VII ("Da Administração Pública") ocorreu um "buraco cinzento". O texto global do Capítulo foi aprovado mas houve a rejeição do artigo que proibia sindicalização e direito de greve dos servidores. Foi adiada a votação de ambos os temas e o plenário passou para a análise do título seguinte.

O relator Bernardo Cabral tem 48 horas para elaborar um novo texto para o artigo, a ser votado na sexta-feira.

PT fecha questão sobre o presidencialismo

Os 16 deputados do PT votaram pelo presidencialismo no Congresso constituinte mas uma parte da bancada não aprovou a posição da Executiva do partido, que impediu um debate sobre o parlamentarismo. Pelo menos seis deputados do PT são parlamentaristas e votarão contra sua convocação.

A lista é encabeçada pelo deputado Luis Inacio Lula da Silva e tem ainda Plínio de Arruda Sampaio (SP), Irma Passoni (SP), Victor Buaiz (ES), João Paulo Pires Vasconcelos (MG) e Paulo Paim (RS). A última tentativa dos parlamentaristas de reabrir esta questão foi derrotada no último fim-de-semana. A Executiva do partido, reunida em São Paulo, rejeitou o pedido de Plínio de Arruda Sampaio.

após a aprovação do sistema parlamentarista. "Isso é um fantasma. Os militares estão identificados com as aspirações do povo", disse. Seu principal argumento contra o presidencialismo foi curto: "É mais fácil pressionar, chantagear um presidente do que um Congresso."

Um dos argumentos de Jaguaribe em favor do parlamentarismo agradou plenamente os constituintes presentes a reunião: embora não seja teoricamente necessário, ele considerava viável que o primeiro-ministro seja um parlamentarista. Ele obteve também a concordância para o veto de implantação do sistema parlamentarista nos municípios. Quanto aos Estados, Jaguaribe é mais flexível: cada assembleia julgará se é conveniente ou não.



Sarney com os ministros Ronaldo Costa Couto e Antônio Carlos Magalhães

Presidente fala em prudência num encontro com ministros

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney recomendou ontem, durante almoço no Palácio do Planalto, "prudência" aos ministros diante do atual quadro político que qualifique de "delicado" e que exige calma nas negociações. Após o lançamento ontem do programa de apoio ao pequeno produtor rural, o presidente evitou dar declarações à imprensa, "para que não se julgue que estou interferindo nos trabalhos da Constituinte".

Durante o almoço, Sarney se reuniu com alguns ministros. Na saída o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, não quis dizer o teor do encontro, mas afirmou que o presidente mantém inalterável a sua posição a favor dos cinco anos para seu mandato e pelo sistema presidencialista de governo. Ele negou que exista qualquer negociação entre o governo e o Congresso constituinte, envolvendo a questão do mandato e o sistema de governo.

Costa Couto acrescentou que nenhum dos auxiliares do presidente

está autorizado a fazer nenhuma negociação, negando também qualquer negociação desenvolvida entre o presidente e Ulysses Guimarães.

"Trocas"

A declaração de Costa Couto foi reforçada pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães: "O governo Sarney não faz trocas. A nossa posição é muito clara pelo presidencialismo com cinco anos." Ele não acredita que nem mesmo na hipótese de haver um impasse prevaleça o parlamentarismo com um mandato de cinco anos. "É mais fácil dar presidencialismo com Congresso forte", avalia o ministro das Comunicações.

Estiveram presentes na reunião, além de Costa Couto e Antônio Carlos Magalhães, os ministros da Saúde, Borges da Silveira, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, Ivan de Souza Mendes e o ministro-chefe do Gabinete Militar, Bayma Denis.



Paulo Roberto Camarinha

mente nas questões mais polêmicas (mandato presidencial e sistema de governo)".

O chefe do Emfa disse ainda que os assessores parlamentares dos ministros militares têm acompanhado com toda atenção o desenvolvimento dos trabalhos que se desenvolvem no Congresso constituinte e que isso "é uma rotina, ou seja, a troca de informações".

O chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (Emaer), tenente-brigadeiro Fernando Assis Martins Costa, além de concordar com a linha de raciocínio do ministro do Emfa asseverou que o ideal é que as eleições presidenciais não se realizem este ano.